

## PARTE 2: CERTOS TERRENOS DA DISCRIMINAÇÃO E AS RESPOSTAS EM TERMOS DE DIÁLOGO INTERCULTURAL

### Introdução

Os imigrantes e seus descendentes sofrem de discriminações diretas e indiretas. O diálogo intercultural é difícil de conduzir enquanto a igualdade no gozo dos direitos não é respeitada. No entanto, não se pode considerar que é preciso esperar que as discriminações desapareçam para se impor este diálogo. Bem ao contrário, a luta contra as discriminações é ao mesmo tempo condição e objeto deste diálogo. Apenas assim se pode buscar avançar na constituição de uma identidade partilhada ou ainda plural. Mas é tomando-se conhecimento da dimensão real das discriminações que se pode esperar progredir. O Livro Branco lembra, aliás, a cláusula de não discriminação afirmada pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem: “o conjunto dos direitos compreende [...] os direitos socioeconômicos garantidos pela Carta Social Europeia”. Ele lembra igualmente que a Carta Social “se refere a numerosas questões que podem alcançar particularmente pessoas pertencendo a grupos desfavorecidos (acesso ao emprego, educação, proteção social, saúde e habitação).” (COUNCIL OF EUROPE, 2008, p. 27). O Livro Branco acrescenta adiante:

A importância do lugar de trabalho no diálogo intercultural não deve ser negligenciada [...] Os sindicatos têm a este respeito um papel essencial a desempenhar, não apenas melhorando as condições de trabalho, mas igualmente oferecendo lugares de solidariedade intercultural a fim de lutar contra os efeitos degradantes da segmentação do mercado de trabalho, que as organizações racistas são suscetíveis de explorar. (COUNCIL OF EUROPE, 2008, p. 37).

A discriminação econômica é fortemente ressentida como injusta e humilhante. Ela é dirigida às populações imigrantes (e seus descendentes) particularmente vulneráveis. Ela é raramente

anunciada como tal salvo para certos empregos reservados explicitamente aos nacionais e ela é o mais frequentemente indireta. A discriminação escolar e espacial (guetos, bairros desfavorecidos) constitui um dos elementos da cadeia que predestina uma parte importante destas populações à exclusão. O objeto desta parte é a discussão destas discriminações.

A discriminação, tanto no local de trabalho quanto na escola, pode ter várias origens que são frequentemente difíceis de destrinchar como notamos desde a introdução geral. Ela pode ser de origem étnica, religiosa, de sexo. Mas ela pode ser também o resultado da exploração da vulnerabilidade particular das populações imigrantes. Os direitos dos trabalhadores imigrados de se associar e de proteger seus interesses são frequentemente pouco respeitados, mesmo nos países europeus. No entanto, os trabalhadores imigrados permanentes podem mais facilmente exercer estes direitos que os trabalhadores temporários. De uma maneira geral, os imigrantes “sem documentos” são os mais vulneráveis, vindo em seguida os imigrantes estrangeiros depois, mais próximos dos autóctones, os imigrantes tendo certa duração de residência e aqueles tendo adquirido a nacionalidade do país de destino. O diálogo intercultural e uma política social mais vigorosa visando a lutar contra as discriminações devem, portanto ser implementadas ao mesmo tempo. Centralizar as políticas sobre o diálogo intercultural sem aplicar uma política social antidiscriminatória consequente não apenas não produz os efeitos esperados, mas também afeta a riqueza do diálogo intercultural. É este fio condutor que nós seguiremos nesta parte.

## **2.1-As Discriminações Crescentes no Mercado de Trabalho**

As sociedades europeias se caracterizam por um envelhecimento da pirâmide etária mais ou menos importante segundo os países. Tal

situação deveria incitar a fazer recurso à mão-de-obra imigrante de forma mais importante. Ora, tal não é o caso.

A Europa a 27 envelhece e sua fecundidade é insuficiente para permitir a reprodução da população. Estas duas características significam, num futuro próximo, ao mesmo tempo um crescimento relativo do peso da população inativa (mais de 60 anos) e, inversamente, uma redução relativa do peso da população em idade de trabalhar. (LE BRAS, 1999).<sup>12</sup>

Manter no futuro o número dos ativos na Europa, em condições semelhantes, parece impossível e o mesmo seria, *a fortiori*, no que toca à relação entre ativos e inativos. Pode-se então considerar que uma política de imigração mais intensa poderia permitir compensar este déficit demográfico?

As Nações Unidas, em relatório de 2005 relativo ao recurso à imigração no horizonte de 2050, levam em conta três objetivos: 1- manter a população total a seu nível de 1995, 2- manter o número de ativos (15-64 anos) e, 3- manter a proporção de dependência (isto é, a relação entre os ativos e os inativos). As conclusões são as seguintes: para realizar o primeiro objetivo, a imigração líquida deveria então totalizar durante o período considerado, para a União Europeia a 25, 47,5 milhões de pessoas, ou seja, 860.000 por ano em média. A realização do segundo objetivo implicaria uma imigração líquida de 79,6 milhões de pessoas e aquela do terceiro objetivo de 700 milhões (a amplitude deste número se explica em parte pelo fato de que de hoje até

---

<sup>12</sup> Para ser mais preciso, os demógrafos calculam os índices de estrutura por idade. O índice de estrutura é a relação entre o peso de um grupo etário da população real e seu peso na população estacionária, definida como uma população de equilíbrio na qual o peso dos nascimentos é igual àquele dos falecimentos. Este índice permite então calcular o envelhecimento como uma diferença em relação à população estacionária e dá assim uma melhor ideia do desequilíbrio demográfico que a simples evolução entre duas datas dos grupos etários. Assim, na Europa (a 25 países), em 2003, observa-se que o índice dos ativos (20 a 59 anos) é superior à unidade e que ele é inferior à unidade para as populações mais jovens (abaixo de 20 anos) ou mais velha (alem de 60 anos). Em um futuro próximo, em razão do alongamento da esperança de vida e da fecundidade insuficiente, a repartição do índice por faixa etária vai se inverter.

2050 numerosos imigrantes se tornarão inativos). Assim como notam Guilmoto e Sandran (2003), a exagerada dimensão destes números, e mais particularmente do último, mostra a contrário que o recurso à imigração não é a única solução aos problemas postos por uma Europa que envelhece. Porém, se o recurso à imigração de maneira mais massiva não permite atingir os objetivos fixados neste relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), ele pode contribuir e, pode-se considerar que inclusive por razões demográficas, ele “pode concorrer para preencher certas lacunas específicas no mercado de trabalho europeu.” (EUROSTAT, 2002). Este recurso é então precioso. E é surpreendente que as políticas de visão curta visando a limitar ao máximo a chegada de imigrantes, multiplicando as dificuldades e as expulsões, visando a uma imigração dita seletiva, enquanto que o afastamento entre a oferta e a demanda de trabalho nao-qualificado por parte das empresas permanece muito importante na maior parte dos países europeus apesar de uma taxa de desemprego global consequente.

O Eurobarômetro, em 2006, procedeu a uma pesquisa muito instrutiva buscando avaliar o grau de sensibilidade das populações de todos os países face à discriminação de caráter étnico: quanto mais esta sensibilidade é elevada, mais forte é a rejeição das práticas discriminatórias. Mas quanto mais esta sensibilidade é fraca, mais forte é a rejeição da cultura do outro.

O grau de sensibilidade à discriminação de caráter étnico tem uma tendência a ser mais elevado nos países tendo uma tradição de destino de imigrantes. A população da Holanda é sensível a esta discriminação a 83%, a da França a 80%, da Espanha a 71%, a do Reino Unido a 68%, mas a da Alemanha a somente 48%. A média para a União Europeia (a 27) seria de 59%, os menos sensíveis sendo os lituanos e os poloneses. O grau de sensibilidade não traduz necessariamente o nível atingido pelas discriminações em cada um destes países, mas a amplitude de sua rejeição. A sensibilidade às discriminações está ligada a inúmeros

fatores que não podemos expor aqui. Notemos, porém, com dados de 2007, do Centro de Análise Estratégica, que os franceses valorizariam mais que a média europeia as contribuições econômicas e culturais dos imigrantes.

Dever-se-ia basear nesta sensibilidade relativamente forte das populações face às discriminações de caráter étnico para conduzir uma política altruísta buscando a favorecer o respeito do outro. Ora, não é o que se verifica. Ao invés de ajudar os imigrantes a se integrar, espera-se deles que façam inicialmente prova de seu desejo de se integrar e paralelamente tende-se por vezes a acumular os obstáculos à sua integração, conduzindo alguns dentre eles a um desencorajamento ou mesmo a um desinteresse.<sup>13</sup>

Numerosos são os que consideram que o trabalho para um elegante é o início de seu processo de integração no país de destino. A taxa de emprego constitui a este respeito um indicador precioso. A convergência das taxas de emprego dos trabalhadores imigrados e dos autóctones melhora as chances de integração. Isto é, a contrário, a discriminação ao emprego constitui um obstáculo a esta integração.

Conhecer estas discriminações é também medir as dificuldades de implementar um diálogo intercultural<sup>14</sup> tanto mais necessário porque estas dificuldades são importantes. São estas dificuldades que nós vamos apresentar.

---

<sup>13</sup> A literatura é abundante sobre este assunto, quer que seja na França ou em outros países como a Holanda, por exemplo. Destacamos para a França o relatório da CIMADE (2009).

<sup>14</sup> Se podemos nos permitir um paralelo um pouco ousado, é porque Bartolomeu de Las Casa conhecia a situação dos índios e a realidade de sua exterminação que ele pôde escrever com tanta força e poder de convicção esta súplica ao Papa para que cessassem seus massacres a golpes de espada e que lhes considerassem enfim como homens e não como meio-homens e meio-feras. Poderíamos dizer o mesmo do relatório Villermé sobre as condições de trabalho nos primeiros tempos da revolução industrial.

### 2.1.1 Os imigrantes têm em média uma taxa de emprego mais fraca do que os autóctones

A taxa de emprego, além disso, difere segundo a origem geográfica dos imigrantes. Na grande Londres, por exemplo, os contrastes por nacionalidade de origem são importantes: enquanto a taxa de emprego dos australianos, dos sul-africanos, dos alemães, dos franceses ultrapassam a dos nativos do Reino Unido (78,4%), ela é mais fraca para outros: os paquistaneses têm uma taxa de emprego de 48,4%, os bengalis de 36,8%, os turcos de 35,9% e enfim os somalianos de 16,4%.<sup>15</sup> Lembremos igualmente que a parte dos *foreign born* de 15 a 64 anos na população economicamente ativa é de 15,1% em 2006 na Espanha, de 13,5% na Suécia, de 12% na França, de 11,2% no Reino Unido, de 8,6% na Itália e de 7,9% em Portugal segundo outro estudo da OCDE (2006a).

No entanto observa-se uma melhoria da taxa de emprego dos imigrantes entre 2001 e 2006, segundo a OCDE (2009a), em numerosos países. Isto se observa na Bélgica, na Dinamarca, na Finlândia, na Alemanha, na Irlanda, na Itália, na Espanha e no Reino Unido. Mas inversamente se constata uma deterioração da taxa de emprego na Áustria, na Holanda, na Noruega e na França. O melhoramento da taxa de emprego dos imigrantes se explica em larga medida pela importância de sua contribuição ao crescimento do volume de emprego na maior parte dos países industrializados, como o revela a OCDE (2009b). Este último indicador mede quantos empregos são ocupados por trabalhadores imigrados sobre cem empregos criados. Os dados mostram grandes disparidades segundo os países industrializados. Enquanto esta contribuição é em média, entre 1996 e 2006, relativamente forte na Grã-Bretanha (65%), na Itália (63%) e

<sup>15</sup> A exceção, porém, da Espanha em que ela é de 76,9% em 2006 contra 66,7% para os nativos. Ver: OCDE (2006a, p. 206, 244). Para uma comparação por países da taxa de atividade total (autóctones e imigrantes), daquela das pessoas nascidas no estrangeiro (homens e mulheres), e enfim, das mulheres, ver o Atlas das Migrações (LE MONDE, 2009, p. 66-67).

na Suécia (63%), importante na Espanha (38%), um pouco menos em Portugal (25%) e fraca na França (12%). Ela aumentou entre 1996 e 2006, mais particularmente entre 1996 e 2002. Os resultados obtidos devem, porém ser analisados com nuances porque os imigrantes tomados em conta neste estudo provêm tanto dos países do Sul quanto do Norte. Ora, sabemos que a contribuição ao crescimento do emprego é ligada à qualificação. Ela não é a mesma, por exemplo, no Reino Unido para os paquistaneses tendo um franco nível de estudos e os franceses diplomados procurando um emprego na *city*.

A diferença entre a taxa de emprego dos *foreign born* e dos *natives born* é um indicador interessante para medir a integração pelo trabalho. Uma redução desta diferença pode ser interpretada como um fator favorável à integração dos imigrantes e vice-versa. Ainda segundo OCDE, esta diferença diminuiu entre 2001 e 2006 na Bélgica, em Portugal, na Dinamarca, no Reino Unido, na Itália, na Irlanda. Inversamente, ela aumentou na Alemanha, na Espanha, na Noruega, e teria ficado relativamente estável na França.

Acrescentamos enfim que a discriminação ao emprego pode tomar outras formas. Observa-se, com efeito, (DIEZ; PICHELMANN, 2006) que a parte do emprego temporário sobre o emprego total é ou ligeiramente mais elevada para os imigrantes que para os nacionais (na França, na Alemanha...), ou muito mais forte (na Espanha, em Portugal...). A discriminação ao emprego diminui com o tempo de residência. Observa-se, com efeito, uma diminuição da diferença nas taxas de emprego entre as populações imigradas e as pessoas nascidas no país à medida que a duração de residência dos imigrantes aumenta. O fator tempo desempenha assim um papel positivo a favor da integração. Esta diferença diminui muito sensivelmente depois de cinco anos de residência em certos países como a Alemanha, a França, a Dinamarca, um pouco menos no Reino Unido, mas não diminui na Suécia, salvo para aqueles que aí residem por mais de dez anos. Inversamente, ela

aumenta na Holanda depois de cinco anos de residência e em seguida diminui depois de dez anos. (LIEBIG, 2007).

### 2.1.2-Os imigrantes são mais expostos ao desemprego

A diferença entre a taxa de desemprego dos estrangeiros e dos autóctones é importante no conjunto dos países europeus, salvo exceção. Para os homens, a relação entre a taxa de desemprego dos estrangeiros e a dos autóctones é sempre superior a 1<sup>16</sup>, aproximando-se de 2 e por vezes ultrapassando. Ela é em geral superior para as mulheres assim como pode ser visto no quadro abaixo que se refere às estatísticas de 2005. Ela é particularmente elevada quando se trata das mulheres na França, na Alemanha e no Reino Unido. As taxas de desemprego mais fracas da Espanha relativamente aos outros países, assim como as proporções igualmente menos pronunciadas se explicam essencialmente pelo fato de que este país recebeu apenas há pouco tempo, imigrantes e que a migração é, sobretudo de motivos profissionais assim como nós vimos na primeira parte.

**Tabela 3 – Taxa de Desemprego por Sexo segundo seja ou não Estrangeiro**

País	Proporção de trabalhadores estrangeiros no conjunto dos trabalhadores		Taxa de desemprego em 2005 (em %)				Homens estrang./ Autóc.	Mulher. estrang./ Autóc.
	2000	2005	Homens Autoct.	Homens Estrang.	Mulher. Autoct.	Mulher. Autoct.		
França	6,1	5,2	8,3	15,3	9,4	21,6	1,8	2,5
Alemanha	8,8	9,5	10,7	20,3	10,4	18,9	1,9	2,3
Holanda	3,7	3,5	4,2	13,4	4,9	18,9	3,2	2
Espanha	1,4	11,1	7	10,1	12,1	13,5	1,4	1,1
Reino Unido	4,2	5,7	4,8	8,9	3,8	8,1	1,9	2,1

**Fonte:** Relatório apresentado em Kiev pelo Conseil de l'Europe.

<sup>16</sup> Salvo na Hungria em 2006.

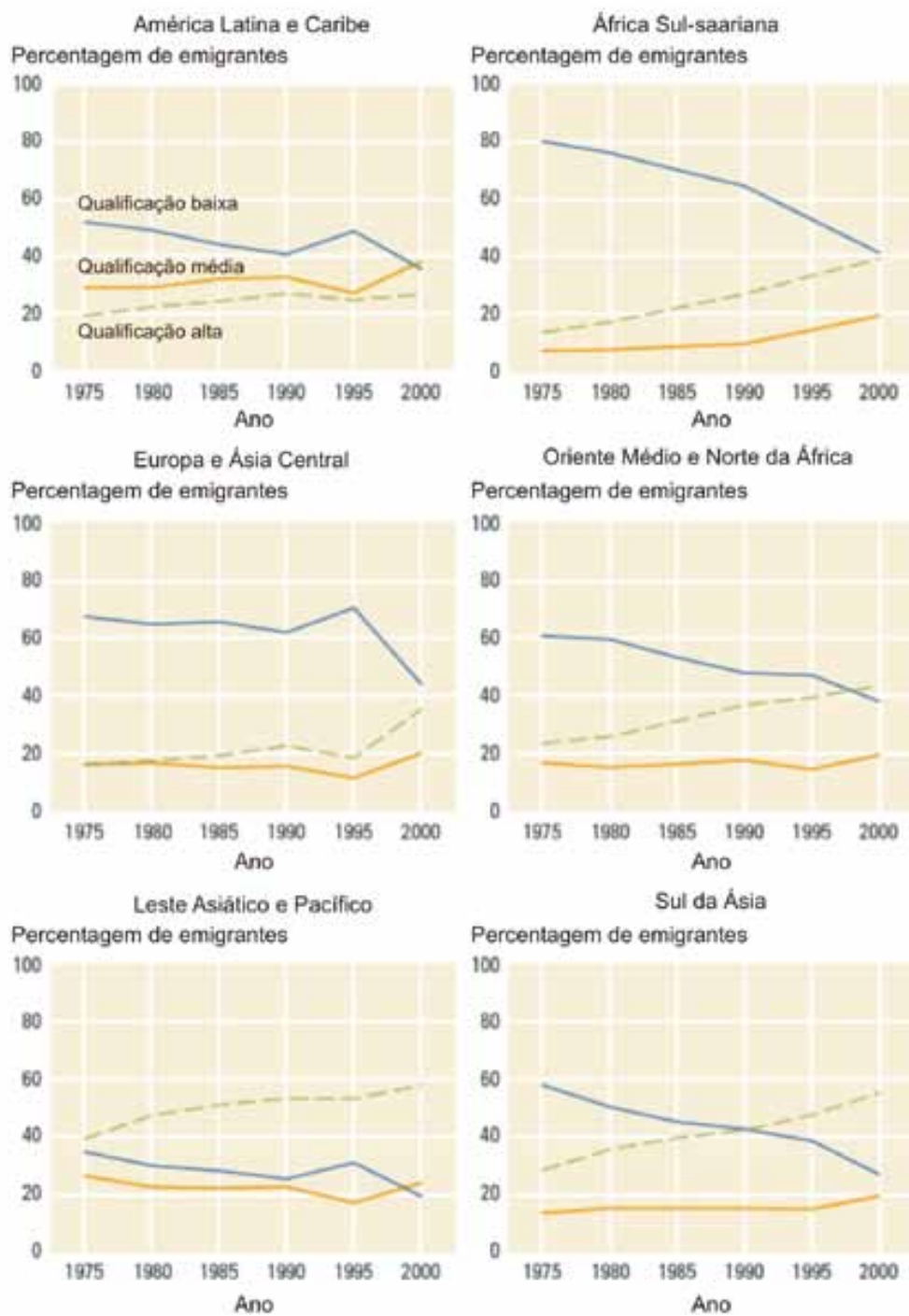


### **2.1.3-O nível de qualificação reduz as disparidades, mas não as suprime**

Nós poderíamos pensar que a taxa de desemprego mais elevada dos estrangeiros em relação às dos autóctones se explica pelo nível de qualificação mais fraco destas populações. Este argumento é pertinente apenas em parte. A qualificação equivalente da dos autóctones, os estrangeiros têm uma taxa de desemprego superior e remunerações inferiores.

Observam-se mudanças importantes quanto às qualificações da mão-de-obra estrangeira. Ontem ela era no essencial não-qualificada. Este não é mais o caso hoje. As qualificações da mão-de-obra estrangeira são mais heterogêneas. Segundo o *Banque Mondiale* (2009, 2007) (Gráfico 1), os imigrantes altamente qualificados da África negra representam desde o início dos anos 2000, 40% do total dos migrantes desta região. Esta percentagem é equivalente àquela dos trabalhadores tendo pouca ou nenhuma qualificação. A tendência à alta da parte dos migrantes altamente qualificados concerne todas as regiões de forte emigração. Na Ásia do Sul e na Ásia do Leste esta percentagem alcança os 60%.

A qualificação dos migrantes muda igualmente na França. A parte dos imigrantes não possuindo nenhum diploma era, em 1982, de cerca de 80% (contra 50% para os não imigrantes). Esta parte se reduz à metade em 20 anos: em 2004 e 2005, cerca de 40% não têm diploma (contra 18% para os não imigrantes). Os detentores de um diploma de ensino superior passam de 5% a 27% nas mesmas datas. (INSEE PREMIÈRE, 2006). Estes últimos provêm inclusive de países em desenvolvimento como o ilustra de maneira geral o quadro abaixo.



**Gráfico 1 – Evolução da Qualificação da Emigração segundo a Região de Origem, entre 1975 e 2000**

Fonte: Banque Mondiale (2009, p. 158).

A conclusão de um estudo da OCDE (2006b)<sup>17</sup>, baseado na classificação das qualificações em três níveis (fraco, médio e alto) é a seguinte:

1. A taxa de desemprego dos imigrantes diminui à medida que aumenta o nível de qualificação. No Reino Unido e na França, em 2003 e 2004, a taxa de desemprego é respectivamente de 12,2% e de 18,4% para aqueles que têm um fraco nível de formação, de 7,9% e 14,4% para aqueles com nível de formação médio e de 4,2% e 11,8% para aqueles que se beneficiaram de uma formação superior.
2. Mas estes trabalhos mostram também e, sobretudo que há disparidades entre estrangeiros e nacionais reveladoras de discriminações econômicas face aos estrangeiros, qualquer que seja seu nível de qualificação. Na Alemanha, por exemplo, as taxas de desemprego são para os estrangeiros e os nacionais respectivamente de 20,3% e de 15,6% para aqueles com um fraco nível de formação, de 14,7% e de 10,4% para aqueles que têm um nível médio e enfim, respectivamente, de 12,5% e de 4,4% para aqueles que se beneficiaram de uma formação superior.

O Conselho da Europa se alinha nesta mesma direção, sublinhando no relatório da 8ª conferência ministerial (CONSEIL DE L'EUROPE, 2008e, p. 97) que a discriminação é independente do nível de qualificação:

os imigrantes com um alto nível de formação e os muito qualificados são frequentemente impossibilitados de encontrar um emprego correspondente à sua qualificação e são obrigados de aceitar ocupações menos bem remuneradas e não adaptadas às suas qualificações formais. As mulheres, os imigrantes recentes e aqueles dos países do Terceiro Mundo são particularmente atingidos. Em comparação aos autóctones, a desqualificação (nota

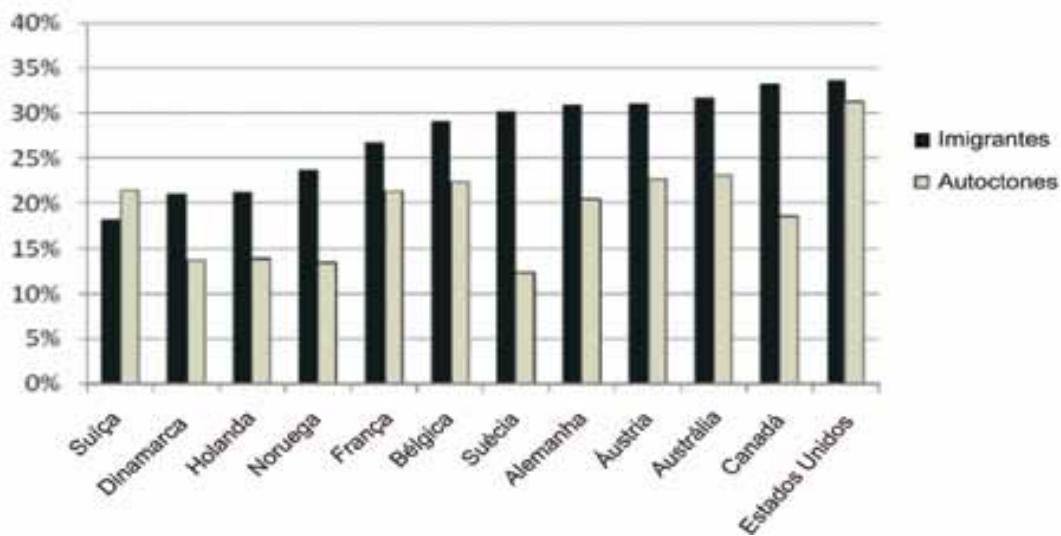
---

<sup>17</sup> OCDE (2006b). Neste estudo, a qualificação é medida pelo número de anos de formação. Para uma comparação entre o Reino Unido e a França, ver Shain (2008).

Salama: de fato se deveria falar de desclassificação) sofrida pelos imigrantes é particularmente forte nos países da Europa do Sul [...].

Este relatório prossegue: (a discriminação desempenha um papel na manutenção, e na justificação, da estratificação e da segmentação no mercado do trabalho. Ela contribui e reforça mutuamente as atitudes que constroem grupos identificáveis a não desempenhar senão certos papéis no mercado de trabalho ou a não ocupar senão alguns estratos).

A probabilidade de que os imigrantes e seus filhos tendo um nível de qualificação elevado não encontrem emprego correspondente à sua qualificação é mais elevada que para os autóctones. O quadro seguinte, comparando imigrantes e autóctones altamente qualificados, o mostra claramente, à exceção da Suíça. A percentagem dos imigrantes altamente qualificados tendo empregos pouco ou relativamente qualificados é amplamente superior à dos autóctones na Suécia (o que é surpreendente tendo em conta os resultados elevados obtidos por este país em matéria de políticas de integração, ver supra), na Noruega, na Holanda. As diferenças são menos importantes na França, na Bélgica e nos Estados Unidos.



**Gráfico 2 – Pessoas de 15 a 64 Anos Altamente Qualificadas Empregadas nas Profissões Pouco ou Relativamente Qualificadas, em Percentagem da População Empregada em 2006/2007**

Fonte: OCDE (2009a, p. 14).

## 2.2-Salários Mais Baixos e Piores Condições de Trabalho

A discriminação econômica afeta os imigrantes em dois outros domínios ligados ao mercado de trabalho. O primeiro se refere ao salário: à qualificação equivalente eles são mais frequentemente menos remunerados que os trabalhadores autóctones. O segundo se refere às condições de trabalho que se revelam mais penosas para os imigrantes. É o que nós vamos ver.

### 2.2.1-Uma avaliação das remunerações e das condições de trabalho

Os imigrantes são mais concentrados que os autóctones nos empregos de baixo salário. A este respeito, na 2ª parte do relatório anual da OCDE (2009a), sobre as migrações internacionais fornece informações muito interessantes. Este relatório classifica os salários em 16 estratos, do mais fraco ao mais elevado. Para cada estrato, a OCDE calcula o número de trabalhadores em percentagem do conjunto dos trabalhadores. Em seguida, em cada um dos estratos ela calcula a percentagem de trabalhadores imigrados (*foreign born*) e aquelas dos trabalhadores nascidos no país (*native born*). Este estudo foi realizado para quatro países, dos quais três europeus: Alemanha, Holanda e Suécia.

Observa-se na Alemanha uma concentração dos trabalhadores estrangeiros nas faixas de salários 3, 4 e 5. A percentagem dos estrangeiros é mais elevada que a dos autóctones, à exceção da faixa 4 onde ela é a mesma. Por todas as faixas além da 5ª, a percentagem dos autóctones é mais elevada que a dos estrangeiros. Encontram-se estas características na Suécia e na Holanda com algumas pequenas nuances. Na Suécia, a concentração dos estrangeiros se dá, sobretudo nas faixas 4 e 5 (66%), na Holanda a concentração é particularmente forte para as faixas 3, 4 e 5 (54%) como na Alemanha. Para todas as outras faixas, além da 5ª, a percentagem dos imigrantes (*foreign born*)

é mais fraca. Os imigrantes (*foreign born*) são mais concentrados nos empregos de baixa remuneração que os autóctones.

No entanto, nos três países europeus considerados no estudo, há tantos trabalhadores estrangeiros quanto autóctones (em percentagem) na primeira faixa representando os salários mais baixos. Os trabalhadores pertencentes a esta categoria são considerados como pobres segundo os critérios retidos por Eurostat (nível de pobreza sendo de 50% do rendimento mediano).<sup>18</sup> Na escala da pobreza, eles são os mais pobres. O que quer dizer que os salários mais fracos são também atribuídos aos autóctones. A pobreza é partilhada, ela não vem somente das discriminações raciais, religiosas, etc. Sublinharemos na 3ª parte que as políticas antidiscriminatórias em favor dos imigrantes não podem ignorar o princípio de igualdade. No caso contrário, elas apareceriam como políticas favorecendo os imigrantes.

Outra maneira de avaliar essas discriminações é considerar o salário mediano dos trabalhadores imigrados segundo seu país de nascimento, pertencendo ou não à OCDE. Quando se precisa a origem geográfica dos estrangeiros (nascidos ou não num dos países OCDE), observa-se que as diferenças entre os níveis de salário mediano são mais elevadas para os imigrantes nascidos fora da OCDE que para aqueles que aí nasceram como mostra o quadro abaixo, tirado do mesmo estudo. Se se considera que os trabalhadores nascidos fora dos países da OCDE provêm majoritariamente dos países do Sul, e aqueles nascidos em um país da OCDE, do Norte, então podem considerar que os trabalhadores provenientes do Sul são mais discriminados em matéria de salário que aqueles vindos do Norte.

---

<sup>18</sup> O salário mediano é aquele que corresponde ao salário recebido pelo 50º trabalhador sobre 100 trabalhadores.

**Tabela 4 – Discriminações Diferenciadas segundo Origem geográfica e o Sexo**

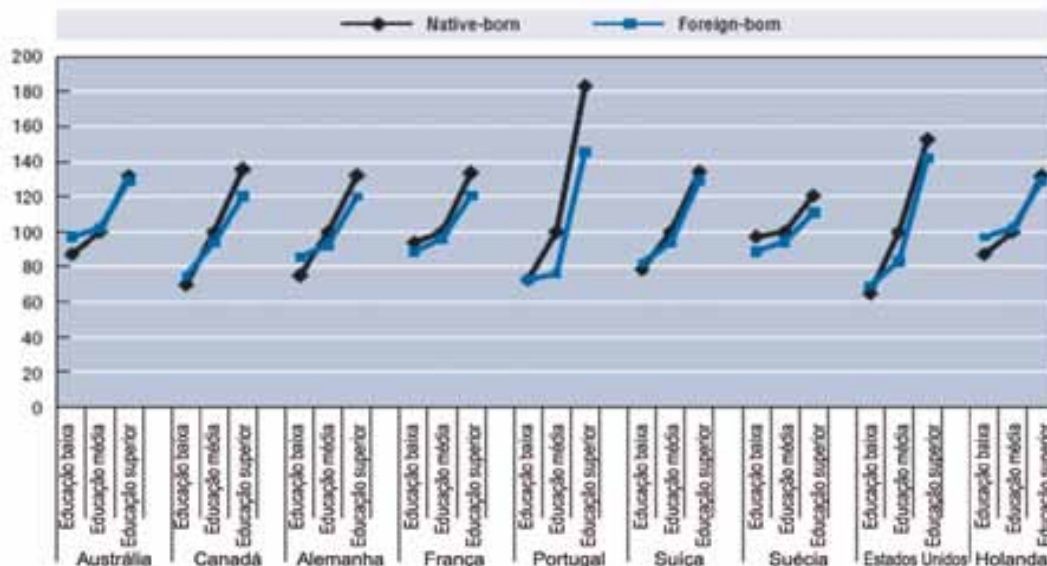
Salário Mediano	Homem			Mulher		
	Nascidos na OCDE	Nascidos na OCDE (fora a Turquia e o México)	Nascido fora da OECD	Nascidos na OCDE	Nascidos na OCDE (fora a Turquia e o México)	Nascido fora da OECD
Austrália	113	112	101	111	110	104
Canadá	102	102	87	100	110	89
França	105	109	86	92	92	88
Alemanha	100	100	88	92	97	87
Portugal	100	100	100	114	112	86
Suécia	98	100	87	101	102	91
Suíça	89	91	80	96	97	86
EUA	68	114	81	78	106	84
Holanda	-	99	78	-	98	83

**Fonte:** Ver Anexo Metodológico Disponível em: <[www.oecd.org/els/migration/imo2008](http://www.oecd.org/els/migration/imo2008)>.

Pode-se relativizar esta conclusão que não toma em conta as qualificações das populações em questão. Se se considera que as estruturas das qualificações são mais ou menos comparáveis entre os países da OCDE, não é este o caso entre estes países e aqueles do Sul. Em geral, a percentagem de trabalhadores não qualificados dentre os imigrantes provenientes do Sul se mostra superior àquela dos imigrantes provenientes dos países do Norte. Disto resulta que as diferenças entre os salários medianos refletem em parte as diferenças de qualificações e não somente as discriminações particulares face aos trabalhadores do Sul. No entanto não se deve esquecer, assim como vimos anteriormente, que a qualificação dos imigrantes do Sul tende a se elevar desde o início do novo milênio. (ver item 2.1.3).

A comparação dos níveis de salário medianos – classificados desta vez segundo três níveis de qualificação: fraco, médio e elevado – dos trabalhadores nascidos no estrangeiro com aqueles nascidos no país é instrutiva, assim como pode ser visto no Gráfico 3 abaixo. O mais frequentemente, as diferenças de salário são maiores para as

qualificações elevadas que para as fracas qualificações, o que se explica em geral pelo pouco interesse dos trabalhadores nascidos no país pelos empregos pouco qualificados e frequentemente mais penosos.



**Gráfico 3 – Salário Mediano por Nível de Educação para Native Born e Foreign-born (Native Born com Educação Média = 100)**

Fonte: Ver Anexo Metodológico Disponível em: <[www.ocde.org/els/migration/imo2008](http://www.ocde.org/els/migration/imo2008)>.

As condições de trabalho dos imigrantes pouco são objetos de análise comparativa a um nível internacional. Dispõe, no entanto de análises nacionais muito instrutivas. Elas revelam de forma detalhada que as condições de trabalho são piores para os imigrantes do que para os autóctones. É o caso da pesquisa feita na França pela Dares (Direção da Organização das Pesquisas, dos Estudos e das Estatísticas do Ministério do Trabalho francês), publicada em 2009, sobre as condições de trabalho dos trabalhadores em 2005, sejam quais forem suas origens: autóctones e imigrantes e dentre eles aqueles que são naturalizados franceses e aqueles que conservaram suas nacionalidades. Esta última distinção é importante. Ela permite confirmar os efeitos positivos da duração da estada no país de destino não apenas sobre as taxas de emprego e desemprego, a remuneração, mas também sobre as condições de trabalho em termos de dificuldades físicas. As condições de trabalho são menos penosas para os executivos e as profissões



intermediárias que para os operários não qualificados, que são mais numerosos dentre os imigrantes e mais particularmente dentre os imigrantes estrangeiros.

Os resultados da pesquisa mostram que os imigrantes estrangeiros são mais expostos às dificuldades físicas do trabalho, principalmente no que se refere à duração das posturas penosas. Se há discriminação em matéria de condições de trabalho, ela se refere, sobretudo, aos trabalhadores imigrantes estrangeiros antes que os imigrantes de maneira geral. Como faz notar a Dares (2009, p. 3), convém considerar que certos resultados da pesquisa são talvez subestimados. Com efeito,

se os imigrantes e, sobretudo os estrangeiros denunciam menos frequentemente certos constrangimentos físicos, é talvez porque eles provêm de um universo cultural onde esses constrangimentos aparecem como naturais inerentes a todo trabalho, e não merecem ser assinalados e igualmente que os imigrantes se sentem frequentemente destinados a uma forma de hipercorreção social que reduz sua propensão a se queixar de sua condição.

E é aqui que se encontra, emboscada, a cultura e sua influência sobre os comportamentos.

### **2.2.2-As razões da discriminação econômica**

As pesquisas que utilizamos parecem confirmar que a discriminação econômica tem duas causas principais: uma de caráter étnico, de sexo e até religiosa e outra ligada ao estatuto precário dos imigrantes. Os imigrantes naturalizados têm tendência a conhecer certo nivelamento de suas condições de trabalho sobre aquelas dos não imigrantes, o que não é o caso dos imigrantes estrangeiros. Os imigrantes estrangeiros são mais vulneráveis que os imigrantes naturalizados instalados desde vários anos no país de destino, que se tornou o seu próprio. Esta conclusão reforça em parte o que vimos anteriormente, a saber, que os rendimentos medianos são ligeiramente

mais fracos para a qualificação mais baixa para os trabalhadores nascidos no país que para aqueles nascidos no estrangeiro em numerosos países da OCDE. Os rendimentos medianos para a qualificação média são sistematicamente inferiores para os imigrantes, como às vezes diferenças importantes assim como para as qualificações superiores. (ver 2.2.1.). Ela reforça igualmente certos resultados da pesquisa da OCDE referente à Alemanha, à Holanda e à Suécia que mostram que a percentagem dos não imigrantes é comparável àquela dos imigrantes na faixa de rendimentos mais baixa (entre as dezesseis faixas consideradas).

A discriminação observada para o emprego e desemprego se repete no que concerne os níveis de salário. Ela não diminui com o aumento das qualificações. A origem desta discriminação econômica é difícil de determinar. Ainda que o mais frequentemente direta, ela é muito raramente reivindicada por aqueles que a praticam. Dessa maneira, na ausência de estatísticas religiosas, ou mesmo étnicas, em numerosos países europeus, é difícil de estabelecer se a discriminação vem da filiação a uma religião ou de racismo, ou ainda se ela está ligada ao estatuto dos imigrantes. Os imigrantes constituem uma população pouco protegida e os imigrantes “sem documentos” o são menos que aqueles que entraram legalmente num país de destino. Eles se caracterizam por sua vulnerabilidade (reduzido domínio da língua a maior parte do tempo, medo da expulsão, desconhecimento de seus direitos e dificuldades a se defender contra o desrespeito do código do trabalho e o não pagamento integral do que lhe é devido).

A precariedade, evidente, de seu estatuto os predestina a sofrer discriminações econômicas. Posto isso, essas razões não excluem uma discriminação racista. Como para a discriminação das mulheres ela pode se vestir dos hábitos de uma definição de profissões ou serviços, ainda que para uma mesma qualificação, um mesmo trabalho, uma mulher ganhará menos que um homem, um negro menos que um branco. Difícil de medir, na ausência de estatísticas, ela é às vezes

avaliada com o apoio de pesquisas e de técnicas econométricas recentes (econometria experimental). Philippe Askénazy relaciona quanto a esta questão, para o Jornal Le Monde de 12 de maio de 2009, artigos recentes escritos por economistas suecos. Em um desses artigos, duas amostras semelhantes de trabalhadores imigrados são consideradas. Em 1990, os rendimentos das pessoas compondo as duas amostras são semelhantes. As perspectivas de evolução de seus rendimentos igualmente. Desde então a lei mudou: os trabalhadores imigrados podem mudar seu nome e optar por um nome sueco. Consideram-se de novo as duas amostras, mas um dado as diferencia agora: a primeira amostra é composta de imigrantes tendo conservado seus nomes de consonância estrangeira, o segundo compreende exclusivamente imigrantes tendo mudado seu nome. Observa-se alguns anos depois a evolução dos rendimentos dessas duas amostras: em vez de serem semelhantes, os rendimentos das duas amostras diferem. Os rendimentos dos imigrantes que modificaram seus nomes atingem um nível 40% superior aos dos imigrantes que conservaram seus nomes de consonância estrangeira. A conclusão é simples: os imigrantes que não optaram por um nome de consonância sueca são discriminados. Quanto aos outros, sua origem étnica tendo sido camuflada pela adoção de um nome sueco, eles não sofrem discriminação particular. As estatísticas étnicas são certamente úteis para estabelecer esta discriminação, mas elas não são necessárias, as técnicas modernas da econometria permitem igualmente revelá-las.

Nos países onde existem estatísticas étnicas, observa-se claramente a importância assumida pela discriminação de caráter racial. O Brasil é sob este ponto de vista um caso interessante em razão de sua história e dos mitos que ele cultiva sobre a ausência de racismo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) fez uma pesquisa que revela que os homens brancos ganham mais do que as mulheres brancas que por sua vez recebem uma remuneração superior à dos homens negros e que estes últimos têm um salário médio

superior ao das mulheres negras. Quando se toma como índice 100 em referência do rendimento de um homem branco, observa-se em 2006 para os trabalhadores sem instrução, que os homens negros recebiam 73,9% do que recebiam os homens brancos, as mulheres negras obtinham 54,9%. A instrução não modifica em nada essas diferenças a não ser para acentuá-las. Um homem negro com 15 anos ou mais de escola recebia 72,5% do que recebia um homem branco com a mesma instrução e uma mulher negra recebia 41,4%. Se bem que elas tenham diminuído desde 1992, essas diferenças são importantes e reveladoras. (CEPAL, 2008).

Não se pode certamente comparar a situação dos negros do Brasil àquela dos imigrantes, ainda que negros, na Europa. Alguns, descendentes de escravos, são cidadãos há vários séculos e seu estatuto social carrega ainda a marca da origem de sua chegada forçada. Os imigrantes na Europa têm ou não a cidadania política do país de destino, a motivação de sua chegada é diferente e, sobretudo, o mercado de trabalho é aí muito menos marcado pela informalidade (não respeito do direito do trabalho e da fiscal idade) que no Brasil. Isto dito, os dados sugerem uma discriminação de caráter étnico importante no mercado de trabalho mesmo se ela não tem a importância que se pode observar no Brasil. A esta discriminação de ordem étnica, podem se acrescentar discriminações de caráter cultural e religioso. Estas discriminações não excluem, porém a discriminação fundada sobre a precariedade dos imigrantes.

### **2.3-A Escola, Vetor de Integração?**

A escola não parece mais desempenhar o papel que lhe é designado: oferecer oportunidades iguais às crianças quaisquer que sejam seu meio social, suas origens étnicas, suas religiões, seus sexos. Numerosas pesquisas demonstram esse ponto. A escola pública na França, por exemplo, fracassou: quando se medem os resultados em matemática e em gramática dos 25% das crianças mais “desfavorecidas” e que se comparam aos alcançados pelos 25% das

crianças mais “favorecidas”<sup>19</sup>, a diferença é muito importante, umas das mais importantes da Europa segundo algumas pesquisas. Há uma concentração importante de crianças imigradas dentre os 25% das crianças escolarizadas mais desfavorecidas. As dificuldades escolares que encontram estas crianças não se explicaram pela origem socioeconômica ou pela origem cultural de suas famílias? É uma questão importante e a resposta é múltipla. Privilegiar sistematicamente uma em detrimento das outras não permite compreender o problema em sua complexidade e atingir os objetivos designados.

### **2.3.1-Uma segregação espacial importante alimenta a segregação escolar**

A segregação escolar está ligada à segregação residencial<sup>20</sup>. Segundo uma pesquisa realizada na aglomeração de Bordeaux em 2001/2002, a percentagem de alunos de origem africana, turca e magrebina corresponde a 4,7% do conjunto dos alunos de ginásio, o que não é considerável *a priori*. Trata-se de fato de uma média e quando se analisa de mais perto a repartição dos alunos em função dos estabelecimentos, constata-se uma muito forte concentração: 10% dos ginásios escolarizam 40% destes alunos. (CUSSET, 2006). Poderia se generalizar esta constatação a numerosas academias na França e em outros países na Europa. Compreende-se então facilmente que seja nessas escolas “gueto” que a percentagem de mau resultado escolar seja mais elevada. Como lembram Faugère e Sidhoum (2006), a taxa de mau resultado escolar é particularmente elevada nas escolas “gueto”: 35% das crianças saídas de famílias pobres contra 12% das crianças das famílias não pobres.

A segregação urbana isola os pobres e dentre estes últimos, a grande maioria dos imigrantes. Uma pesquisa do INSEE pôde mostrar

---

<sup>19</sup> Mais precisamente, são considerados como desfavorecidos (favorecidos) os alunos cujos pais têm um estatuto econômico, social e cultural fraco (elevado).

<sup>20</sup> Ver o relatório do Conselho de Análise Econômica consagrado a estas questões, sob a direção de Fitoussi e Maurice (2004).

que, na França, os 10% de assalariados mais pobres não residem nunca na mesma vizinhança que os 10% de assalariados mais ricos. O grau de concentração de diplomados do ensino superior é ainda mais elevado que aquele das pessoas melhor remuneradas. A originalidade desta pesquisa reside então na constatação de que não são tanto as desigualdades de riqueza real que explicam essa segregação, mas os atributos mais duráveis e mais identitários da riqueza: ou seja, “aqueles que permitem de se projetar no futuro e conferem um estatuto.”<sup>21</sup> Desta constatação pode-se deduzir que a residência obedece a uma estratégia ativa para os assalariados mais ricos e particularmente aqueles a quem os atributos de riqueza conferem uma “relação mais sólida com o futuro.” (MAURIN, 2007, p. 622). Compreende-se então que a residência obedece a uma estratégia ativa para esta categoria de pessoas, enquanto que para os mais pobres (dos quais a maioria dos imigrantes) a residência é um fenômeno à revelia. Há então uma assimetria forte nos comportamentos: uns escolhem e os outros apenas podem aceitar o lugar de sua residência. É o que explica que muito frequentemente os imigrantes e mais particularmente seus descendentes mudem de residência quando eles obtêm diplomas e procurem ultrapassar a segregação territorial que eles sofrem.<sup>22</sup>

A segregação urbana não é assim a consequência de uma inércia social, mas o resultado de um processo de mobilidade pelo qual as classes sociais se evitam em surdina [...] Não é o imobilismo, mas a seletividade das mobilidades que mantém imutáveis os bairros. (MAURIN, 2007, p. 624).

Esta constatação não é sem consequências para a elaboração de uma política visando a diminuir a segregação espacial de que sofrem numerosos imigrantes.

---

<sup>21</sup> Entende-se por vizinhança aqui um conjunto composto de três dezenas de habitações adjacentes. Ver Maurin (2007); na mesma obra, ver Oberti (2007)

<sup>22</sup> Sobre estas questões ver Schnapper (2007, p. 75). Retomando os trabalhos americanos, a autora lembra as vagas sucessivas (judeus depois italianos, depois poloneses, depois lituanos... e enfim negros), imigrantes pobres nos Estados Unidos substituindo aqueles cujo nível de vida tinha melhorado. Vagas que se podem observar na França em Sarcelles, mas também em certos bairros de Paris.

O que domina é a constatação de fracasso relativo apesar dos esforços realizados. A segregação urbana manter, com efeito, uma segregação escolar: os filhos dos imigrantes acumulam os fatores de fracasso, apesar das políticas de ajuda postas em prática (por exemplo, nas zonas de educação prioritária “ZEP” na França).<sup>23</sup> A fim de procurar limitar os efeitos negativos sobre os resultados escolares devidos à segregação, numerosos países optaram pela livre escolha da escola. Na Suécia, as reformas foram votadas no início dos anos 1990 e quinze anos mais tarde, se observa que elas não tiveram os efeitos esperados, as desigualdades tendo aumentado entre municipalidades e entre grupos escolares. A livre escolha pode então ter efeitos perversos: os melhores alunos serão mais facilmente aceitos nas boas escolas, em bairros ou em municipalidades diferentes e os alunos em maior dificuldade serão concentrados em certas escolas. Os efeitos negativos do “gueto” podem então ser agravados. Eis por que, sem rejeitar necessariamente esta opção, uma maior integração pela escola passa por uma melhoria da habitação e das criações de emprego de proximidade, etc, nos bairros em dificuldade.

### **2.3.2-Resultados escolares mais fracos que os dos alunos autóctones**

A OCDE construiu um conjunto de indicadores para avaliar o progresso dos alunos de 15 anos vivendo nos países membros da organização. O Programa Internacional para Avaliação do Progresso dos alunos de 15 anos (PISA) constitui neste ponto de vista um instrumento precioso.<sup>24</sup> A Comissão Europeia publicou igualmente vários relatórios sobre este assunto<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Ler a a este propósito para a França as propostas feitas por Sabeg (2009) assim como Wieworka (2008a, 2008b).

<sup>24</sup> Ver OCDE (2007a) e OCDE (2007b). As competências em ciências, um trunfo para ser bem-sucedido. Ver também e, sobretudo o relatório da OCDE (2004). *Variation da performance dos alunos entre os estabelecimentos e impacto do meio socioeconômico*. Paris.

<sup>25</sup> Ver Commission Européenne (2004, 2006)

A OCDE compara os níveis de resultado escolar entre os alunos autóctones e o conjunto dos alunos alóctones e de primeira geração. Em seguida, esta comparação feita, a OCDE procede a uma nova comparação entre os alunos alóctones e os alunos de primeira geração. A avaliação que retemos diz respeito aos resultados em matemática.

A OCDE procura isolar vários fatores suscetíveis de explicar os diferentes resultados escolares dos alunos alóctones, dos alunos saídos da imigração e dos alunos autóctones.

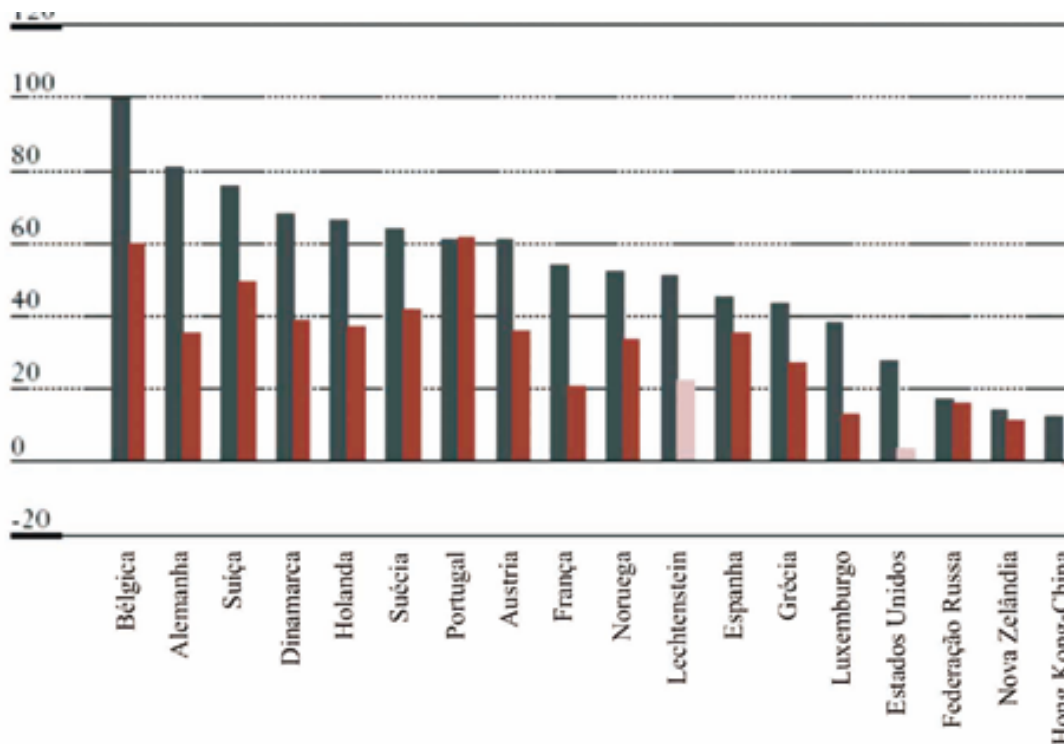
Os fatores retidos pela OCDE, suscetíveis de influenciar os níveis de resultados, são numerosos: o contexto socioeconômico, familiar (o nível de formação do pai e da mãe), o patrimônio cultural clássico, as famílias monoparentais, o país de nascimento, a língua falada em casa. Nós reteremos dois: o meio socioeconômico e a língua falada em casa. Estes dois fatores têm às vezes influências divergentes, sobretudo se se levar em conta outros fatores como o nível de formação dos pais. É o caso quando o aluno alóctone vem de uma família rica e culta: o fato de falar outra língua em casa pode constituir um trunfo em vez de uma desvantagem. Mas em geral estes dois fatores influem no mesmo sentido: quanto mais um nível socioeconômico é fraco, mais a diferença de resultados é importante, e quanto mais a língua falada a maior parte do tempo em casa não é aquela utilizada na escola, tanto mais isso explica a diferença de resultados.

Os resultados escolares obtidos pelos alunos alóctones ou de primeira geração são inferiores aos dos autóctones e, no seio do primeiro grupo, os resultados são mais elevados para os alunos de primeira geração que para os alóctones. Observa-se então uma hierarquia entre os resultados escolares dos grupos considerados: por ordem decrescente, os alunos autóctones em seguida aqueles de primeira geração e enfim os alunos alóctones. É o que nós veremos.



O Gráfico 4 compara as diferenças de resultados escolares (sobre a escala de cultura em matemática) entre os alunos autóctones de um lado e o conjunto dos alunos alóctones e saídos da primeira geração de outro lado. Essas diferenças são sensíveis na maior parte dos países europeus (ver a primeira coluna do histograma para cada país).

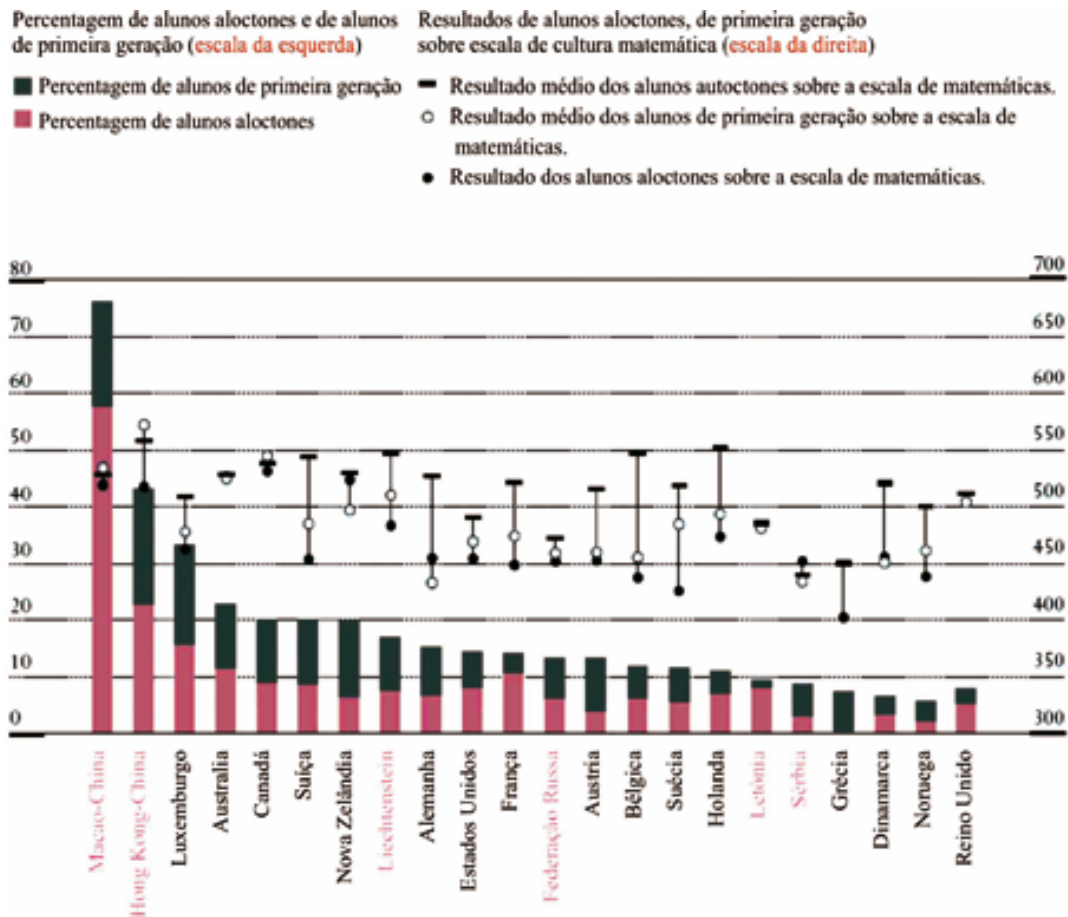
É importante, porém notar que essas diferenças são menos importantes quando se levam em conta as diferenças de meio socioeconômico (ver a segunda coluna para cada país). Na Suécia, o meio socioeconômico explica cerca de 32% das diferenças de resultados dos alunos alóctones e saídos da imigração, na Espanha menos de 25%. Na França em revanche, o peso do meio socioeconômico é muito mais importante já que ele explica cerca de 70% das diferenças de resultados.



**Gráfico 4 – Diferenças de Resultados em Matemática segundo o Contexto de Imigração dos Alunos**

Fonte: OCDE (2004, p. 183).

Os resultados escolares dos alunos alóctones são menos elevados que os dos alunos saídos da imigração (primeira geração). Os resultados escolares destes últimos sendo inferiores aos dos alunos autóctones, sempre na escala de cultura matemática, assim como se pode ver no Gráfico 5 (escala da direita). No entanto, o nível dos resultados melhora para os imigrantes chegados depois de 1990, em certos países como a Bélgica, a França, a Suécia, a Irlanda, etc, mas se deteriora ligeiramente em outros países como a Dinamarca, a Finlândia. Mas permanece, no entanto, sensivelmente inferior àqueles dos autóctones. (CDE, 2004).



**Gráfico 5 – País de Nascimento e Resultados dos Alunos**

Fonte: OCDE (2004, p. 1790).

O Gráfico 6 ilustra a influência negativa do uso de outra língua em casa que não aquela praticada na escola. A escala da direita mostra a importância das diferenças de resultados, em cultura matemática, devidas ao uso de outra língua em casa. Pode-se observar que estas diferenças são particularmente importantes na Alemanha, na Bélgica, na Holanda, na Suécia e na França.



**Gráfico 6 – Língua Falada em Casa e Resultados Escolares**

Fonte: OCDE (2004, p. 181).

Aprender a ler, a dominar a gramática e a compreender o enunciado de problemas não é sempre fácil para um filho de imigrantes por que muito frequentemente este ensino se faz numa descontextualização da cultura transmitida pelos pais, sobretudo se estes praticam sua língua em casa com suas crianças e têm um nível

fraco de formação (poucos livros em casa, onipresença da televisão). Eis por que esforços particulares devem ser feitos na formação dos professores como sublinha o Livro Branco:

Os programas de formação dos professores deveriam prever estratégias pedagógicas e métodos de trabalho que preparem os professores a gerir as novas situações engendradas pela diversidade, a discriminação, o racismo, a xenofobia, o sexismo, assim como a marginalização, e a resolver os conflitos de forma pacífica.

Em certos casos, o ensino das línguas do país de origem dos pais pode ajudar os alunos e diminuir o atraso escolar. É, com efeito, “a partir de tais receios (Pierre Salama: atrasos escolares, inibições) e para respeitar um princípio democrático que foi subscrito a um nível internacional, declarações segundo as quais se encoraja que as crianças sejam escolarizadas em suas línguas maternas” como lembra o Conselho da Europa num outro documento.<sup>26</sup> Mas o domínio de suas línguas maternas não se deve fazer em detrimento da língua do país de destino. Bem ao contrário, um ensino reforçado da língua do país de destino é uma condição necessária para não apenas entreter “conversações interculturais”, mas também e, sobretudo para “se tornarem cidadãos em todos os sentidos.” (COUNCIL OF Europe, 2008, p. 31).

Seria, porém equivocado se concentrar sobre o fator linguístico unicamente. Assim como o observamos anteriormente, outros fatores intervêm e explicam a importância das diferenças de resultado escolar. Como lembra Ouali (2008, p. 5), ao termo de uma pesquisa sobre a situação das jovens mulheres marroquinas e turcas de Bruxelas:

[...] a tendência a problematizar a trajetória escolar dos estudantes descendentes de migrantes através das dificuldades da língua [...] tem, sobretudo ignorado a inter-relação dos mecanismos de dominação baseados sobre

---

<sup>26</sup> Conseil de l'Europe (2007b, p. 24), Divisão das Políticas Linguísticas (DG IV) Ver igualmente Conseil de l'Europe(2008c), DG III e DG IV.

o sexo e a origem social, produtores de discriminações no meio escolar.

As diferenças de resultados escolares não parecem ser a consequência de uma menor motivação dos alunos. Diferentes pesquisas mostram ao contrário que, em média, a sua motivação seria superior à dos autóctones.<sup>27</sup> A pesquisa do Ministério da Educação da França, realizada em 1995 e em 2002 junto a alunos de diferentes origens ao termo de seus percursos escolares, do ginásio até o vestibular, mostra que as crianças nascidas no estrangeiro ou saídas da imigração são mais exigentes que os alunos autóctones. Esse resultado é, porém criticável por duas razões: 1) a primeira trata-se de uma média e que teria sido necessário ter também um desvio padrão; seu conhecimento teria provavelmente revelado comportamentos de desencorajamento mais numerosos por uma parte destes alunos se traduzindo por atrasos mais frequentes; 2) em seguida, um bom número de crianças imigrantes ou de migrantes abandona no meio do caminho o percurso escolar e não foram tomados em consideração, só os mais obstinados chegam ao fim de seus estudos secundários.

Para numerosas crianças imigradas ou vindas da imigração, a escola não cumpre de fato, ou bem mal, uma das funções que lhe é designada: favorecer a mobilidade social oferecendo a todos as mesmas oportunidades.

### **2.3.3-Para uma orientação escolar menos discriminatória**

A integração pela escola e o trabalho dos jovens vindos da imigração permanece problemática por uma série de razões. As razões das sessões precedentes convêm acrescentar os problemas levantados pela orientação escolar e as discriminações à saída da escola. Aqui apenas rapidamente examinaremos estas questões.

---

<sup>27</sup> Ver o dossiê de atualidade n°35 de maio de 2008 do Serviço de Seleção Científica e Tecnológica. Disponível em: <[www.inrp.fr/vst](http://www.inrp.fr/vst)>.

### 2.3.3.1-A orientação escolar

Segundo Wieviorka (2006, p. 10), na França:

trabalhos de Sociologia mostram também que ela (a população vinda do mundo árabe/muçulmano) é vítima de uma segregação existente na escola pública, de uma apartheid escolar que produz e reforça as desigualdades para as crianças vindas da imigração, em vez de dissolvê-las [...] ou pelo menos de se contentar em reproduzi-las, como o sugeria a Sociologia dos anos 1960 e 1970.

De uma maneira geral, as crianças vindas da imigração são menos numerosas a obterem um diploma à saída de sua escolaridade que os jovens não vindos da imigração. Eles são em geral orientados para o ensino profissional curto, enquanto que com resultados escolares idênticos eles seriam orientados, vários deles, a um ensino geral longo, a uma potencialidade maior de emprego se eles estivessem inscritos nas escolas de bairros menos desfavorecidos. Esta orientação discriminativa assume às vezes aspectos caricaturais inaceitáveis. Segundo Luciak (2004) na Áustria, 20,6% das crianças imigradas (principalmente meninos), ou seja, uma criança em cada cinco, frequentam uma escola “para problemas particulares, deficiências mentais ou físicas”. Observa-se uma situação um pouco menos caricatural, mas igualmente inaceitável, na Holanda e na Alemanha, segundo o mesmo estudo. A França se caracteriza por uma super-representação das crianças imigradas nas “seções de ensino geral e profissional adaptado” e nos “estabelecimentos regionais de ensino adaptados”. Esta orientação discriminativa pode ir ainda mais longe. Este foi o caso ainda das crianças ciganas da República Tcheca: uma criança cigana tem uma probabilidade 27 vezes mais elevada que uma criança não cigana de ir às classes “especiais” reservadas às crianças retardadas mentais. Como veremos na terceira parte, a República Tcheca foi condenada por estas práticas pela Corte Europeia dos Direitos do Homem em 2007.

### 2.3.3.2-As discriminações à saída da escola

Assim como fazem notar Faugère (2006), a educação protege menos os trabalhadores de origem magrebina que os outros. À saída da escola, tenham eles obtido ou não um diploma, a probabilidade de obter um emprego precário é mais elevada para os filhos de imigrantes que para aqueles que não o são. (MUCCHIELI; LE GOAZIOU, 2007). Esta discriminação se manifesta pela recusa (decerto não confessada, mas não menos real) de se considerar as candidaturas com nomes estrangeiros e, domiciliadas nas “periferias difíceis”.

O emprego precário, frequentemente em tempo parcial, se desenvolve nas sociedades europeias e afeta mais particularmente os imigrantes e seus descendentes. Eis porque, segundo Castel (2007, p. 425):

a passagem progressiva para uma ampla gama de atividades (Pierre Salama: precárias) que são em graus diversos, deficitárias em relação ao emprego, corre o risco de quebrar a estrutura mesma da ‘sociedade de semelhantes’. Na nova estrutura, teríamos a uma extremidade ocupações precárias retribuídas no limite da sobrevivência e derogatórias em relação às garantias de direito do trabalho e de proteção social.

Avancemos sempre citando Castel (2007, p. 424):

Se o mercado do trabalho não pode contar com a lei econômica da oferta e da procura para assegurar o pleno emprego, é “normal” que constrangimentos morais fortes se imponham. Aquele que não trabalha se torna um “mau pobre” e esta expressão vem carregada de séculos de estigmatização moral e de tratamentos socialmente coercitivos.

O excluído é assim estigmatizado, e até culpabilizado, ainda mais se ele é imigrante e/ou descendente de imigrante. E por afirmação identitária, processo que os psicólogos conhecem bem, alguns podem

ser conduzidos a adotar o estigma pelo qual eles são discriminados.<sup>28</sup>

Diante das dificuldades de encontrar um emprego à saída do percurso escolar e da amplidão das discriminações, compreende-se que um profundo sentimento de injustiça possa habitar os jovens dos bairros desfavorecidos.

O risco é, portanto grande de ver se desenvolver um reinvestimento dos laços herdados, religiosos e étnicos. Eis aqui uma segunda forma de calcificação dos laços sociais, designada mais frequentemente como um crescimento das lógicas comunitárias. (CUSSET, 2006).

E como escreve Todd (2008, p. 129), a propósito das rebeliões na França no início dos anos 2000:

a destruição de imóveis públicos, dos quais alguns tendo um caráter educativo refletiam não a exterioridade cultural dos jovens, mas sua pertinência a uma parte da sociedade francesa que ressentia a educação como um fator de segmentação e de opressão antes que de emancipação. Antigamente visto como um instrumento de progresso pessoal e de ascensão pessoal, o sistema escolar aparece hoje como agravando a segregação social.

Discriminados na escola e na contratação, uma fração das crianças alóctones e das crianças imigrantes se interessa pouco à vida pública e se reconhecem pouco na sociedade. As diversas formas de discriminação na escola e na saída na escola constituem então obstáculos à sua inclusão social. “Não seria nada (então) surpreendente que os jovens em questão se afastem da sociedade que os acolheu e que os rejeita, e a *fortiori* da vida pública incapaz de remediar aos problemas que eles encontram.” (TIBERJ, 2006, p. 55).

No entanto, apesar destes fracassos, a escola permanece ainda um vetor de integração para numerosos filhos de imigrantes. Um

---

<sup>28</sup> Ver a entrevista de Mohamed Cherif Ferjani no Jornal Libération de 19 de junho de 2009. Sobre este assunto, ver igualmente Wieworka (2008a, 2008b).



número insuficiente. Também, a questão central é como dar, ou devolver, à escola um papel importante para favorecer a mobilidade social e assim fazendo diminuir as discriminações que sofrem estas populações vulneráveis.<sup>29</sup>

Recuperado, o sistema escolar pode contribuir mais que hoje à construção de uma sociedade mais coesa porque, assim como sublinha o Livro Branco,

Numa Europa multicultural a educação não apenas prepara os jovens para o mercado de trabalho, mas favorece igualmente seu desenvolvimento pessoal e lhes traz uma larga base de conhecimentos. As escolas são vetores importantes para preparar jovens à sua vida de cidadãos ativos. (COUNCIL OF EUROPE, 2008, p. 32).

Estes vetores não são os únicos. A melhoria do sistema escolar é uma condição necessária, mas não suficiente. Com efeito, mesmo se uma fração (muito fraca) de jovens imigrantes e de filhos de imigrantes chega à universidade e obtém um diploma de ensino superior, eles não escapam assim totalmente às discriminações.

## **2.4-Uma Avaliação Instrutiva das Políticas de Integração**

Uma avaliação instrutiva das políticas de integração aplicadas em favor dos imigrantes pelos diferentes Estados da Europa é feita pelo *British Council*, baseando-se em um indicador sintético chamado Índice das Políticas de Integração do Migrante (MIPEX).<sup>30</sup> Este indicador é importante, ele constitui um avanço para a avaliação das políticas públicas de integração de todos os países do ponto de vista das normas elevadas contidas nos documentos de valor jurídico pela União Europeia e pelo Conselho da Europa. Segundo este indicativo, o país que tem a melhor política de integração é a Suécia, aquele cuja

<sup>29</sup> Sobre este ponto, ver Manço (2006).

<sup>30</sup> Ver a página na internet Disponível em:<[www.integrationindex.eu](http://www.integrationindex.eu)>.

política de integração é a menos satisfatória é a Letônia. Com efeito, a nota atribuída à Suécia, em 2007, é de 88 sobre uma escala de 100, ou seja, a 12 pontos do máximo. A da Letônia é de 30 pontos. Dentre os principais países analisados, e em ordem decrescente, Portugal tem a segunda menor nota (79 pontos), vindo em seguida a Bélgica (69), a Holanda (68), a Itália (65), o Reino Unido (63), a Alemanha (63), a Espanha (61), a França (55), e a Dinamarca (44).

A apreciação dos resultados fornecidos por este indicador sintético depende da maneira por que ele é construído e dos diferentes valores tomados pelos indicativos selecionados, 140 no total. Eles não são ponderados e pesam, portanto cada um um peso equivalente. Eles cobrem seis eixos da política de integração: o acesso ao mercado de trabalho, o agrupamento familiar, a residência em longo prazo, a participação política, o acesso à nacionalidade do país de destino e enfim à política antidiscriminatória. Cada um desses eixos relativos às políticas em favor da integração é desmembrado em quatro dimensões e cada uma destas dimensões comporta vários indicativos. É possível fazer comparações temporais e notar os progressos realizados.

Quando se olha para cada país as notas detalhadas obtidas para cada um dos seis eixos considerados, observa-se que a Suécia tem: (1) o máximo possível (100) para tudo o que concerne o eixo “acesso ao mercado de trabalho”. Suas notas são muito elevadas nos quatro componentes destes eixos (possibilidade de admissão, medidas de integração do mercado de trabalho, segurança no emprego e direito do trabalho). Estes resultados corroboram aqueles que vimos nessa parte. (2) Sua nota é igualmente muito elevada no que concerne o eixo “reagrupamento familiar” (92), as notas atingindo mesmo o máximo para os componentes de direitos associados e a possibilidade de admissão, duas das quatro dimensões do eixo considerado (possibilidade de admissão, aquisição de condições, segurança de *status* e direitos associados. (3) Sua nota para o eixo “residência em

longo prazo” é a mais elevada dos 28 países (76 pontos), mas também a pior nos seis eixos considerados. Dentre as quatro dimensões deste eixo (possibilidade de admissão, aquisição de condições, segurança de *status*, direitos associados), a nota para os direitos associados é de 83, mas a possibilidade de admissão e as condições de aquisição dos direitos ficam limitadas a 70 pontos. (4) O eixo “participação política” obtém o resultado mais elevado (93) atingindo 100 para três de suas dimensões (direitos eleitorais, liberdades políticas, implementação de políticas) e 75 para organização consultiva. (5) O eixo “acesso à nacionalidade sueca” obtém umas das notas mais fracas (71) se comparada aos outros eixos, a mais elevada, porém junto à da Bélgica em comparação ao conjunto dos países considerados. Dentre suas quatro dimensões, a possibilidade de admissão tem 50 pontos, a possibilidade de ter duas nacionalidades 50 igualmente, as outras duas dimensões “condições de aquisições” e “segurança de *status*” tendo melhores notas. (6) Enfim o sexto eixo, concernente às políticas antidiscriminatórias, obtém a nota 95, três de suas dimensões atingindo o máximo, ou seja, 100 (definições e conceitos, campo de aplicação, e políticas de igualdade), e a quarta dimensão (execução) a nota 83.

Sem entrar em detalhes, pode-se observar que a França obtém resultados piores que a Suécia para cada um dos eixos: 50 pontos para o acesso ao mercado de trabalho (este fraco resultado se explicando essencialmente pelo número elevado de profissões reservadas aos nacionais, de tal forma que a dimensão possibilidade de admissão tem nota zero), 52 pontos para a participação política (mas ela obtém 100 para a liberdade política), 45 pontos para o reagrupamento familiar, etc. Em revanche, as políticas antidiscriminatórias atingem um nível elevado, ou seja, 81, mas abaixo daquele da Suécia (94).

Uma dos principais limitações deste indicativo sintético é que ele não leva em conta a aplicação e a eficácia das políticas de integração. Pode-se igualmente lamentar que alguns eixos como o acesso dos imigrantes à educação, à saúde, à habitação, e indicadores

qualificativos como a atitude das pessoas vis-à-vis do racismo e do fator religioso não sejam tomados em conta. Isto permitiria esclarecer o paradoxo de países acumulando bons resultados em matéria de políticas de integração e discriminações em outros domínios, as políticas públicas sendo em certos casos relativamente impotentes. Para ilustrar este propósito, tomemos três exemplos referentes à Suécia, país de excelência. Os imigrantes altamente qualificados têm uma probabilidade muito mais fraca, em relação aos autóctones, de obter empregos correspondentes às suas qualificações que nos outros países europeus. A percentagem de filhos de imigrantes, com idade de 20 a 29 anos, tendo deixado o sistema escolar e se encontrando sem emprego é certamente menos elevada na Suécia que na Alemanha, na Bélgica, ou na França, mas a diferença em relação àqueles que têm pais autóctones é muito mais importante em termos relativos. (OCDE, 2009a, p. 17). Enfim, segundo a Organização Não-Governamental Médicos do Mundo, em seu relatório de 2009, na Suécia a proporção de pessoas que solicitam asilo político e de pessoas sem documentos tendo renunciado aos cuidados de saúde é muito mais elevada (68%) do que na França (34,2%) ou na Espanha (33,3%) e na Itália (43,4%).<sup>31</sup> Estes três exemplos relativizam a exemplaridade deste país em certos pontos concernentes às políticas de integração. É certamente tentador multiplicar o número de subindicadores. No entanto, ao complexificar excessivamente o indicador sintético, corremos o risco de perder seu caráter operacional. Ponderar diferentemente cada um dos subindicadores pode conduzir a decisões parecendo arbitrarias e diminuir a credibilidade do indicador. Apesar desses limites, este indicador fornece informações úteis sobre as possibilidades de diminuir as discriminações em diferentes países.

“Comparação não é razão”, mas comparar é abrir a porta ao

---

<sup>31</sup> Segundo este relatório de Médicos do Mundo, os imigrantes sem autorização de permanência presentes nos países da União Europeia, interrogados pela Organização Não Governamental (ONG), declaram estar em mau e muito mau estado de saúde com uma frequência três vezes superior àquela da população da União Europeia. Encontram-se conclusões semelhantes no relatório do PNUD (2009, p. 64).

imaginário e afastar o fatalismo. A discriminação pode ser combatida de várias formas, basta ver certos países que sem serem perfeitos têm melhores resultados que outros. Ao pessimismo da razão, é preciso impor o otimismo do coração, fazer avançar as barreiras, aceitar e assumir que nossas sociedades se encaminham na direção de identidades plurais, ricas de futuro.